



Relatório Final de Pesquisa (2003-2004)

“Redes Sociais e
Empresas”

Bruno Senne Pascon

Handwritten signature

“REDES SOCIAIS E EMPRESAS” – Relatório Final de Pesquisa (Ago/2003 – Ago 2004)

Resumo:

[INTRODUÇÃO] Ganhando maior expressividade a partir da década de 80, o estudo sobre redes sociais é de extrema relevância para organizações modernas. O objetivo deste relatório é mostrar o resultado de minucioso levantamento bibliográfico da produção acadêmica nacional, no formato periódicos, compreendido no intervalo de 1990-2003 e, nesse sentido, servir como suporte para novas pesquisas. [METODOLOGIA] Levantamento bibliográfico de periódicos nacionais (Revista de Administração de Empresas – RAE; Revista de Administração Pública – RAP; Revista de Economia Política – REP; Revista de Administração da Universidade de São Paulo – RAUSP; Organizações e Sociedade – O&S; Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS; Revista de Administração Contemporânea – RAC). [RESULTADOS] Os temas mais recorrentes no material analisado são a questão da economia dos custos de transação em empresas que se organizam em redes; o advento do novo arranjo institucional congregando inúmeros atores sociais – abordagem de redes; as alianças estratégicas interorganizacionais; os processos de cooperação entre instituições como o governo local, empresas, ONGs com ênfase nas relações de cooperação entre universidades e empresas; a formação de pólos tecnológicos e o desenvolvimento regional, o governo (nas suas três esferas) enquanto facilitador/articulador de parcerias entre instituições distintas; a informação enquanto ferramenta estratégica; e a revisão da teoria econômica ortodoxa principalmente no que tange à teoria da firma em função do advento da abordagem de redes. [CONCLUSÃO] A abordagem de redes, a partir da segunda metade da década de 90, foi utilizada, com maior incidência, por muitos autores para explicar fenômenos organizacionais contemporâneos. As redes utilizadas para políticas públicas, envolvendo o Terceiro Setor e a sociedade civil, apresentam-se como ferramenta eficiente para lidar com questões sociais,

ambientais, serviços públicos etc., onde o Estado tem se mostrado ineficiente ou omissor.

A organização de empresas em torno de redes promove redução de custos de transação, aprendizagem organizacional, compartilhamento de riscos, transferência de tecnologia, compartilhamento de informações estratégicas, complementaridade de produção e, para o caso de micro e pequenas empresas, pode configurar-se como única alternativa para sobrevivência no mercado. Por intermédio da rede, micro e pequenas empresas aumentam seu poder de barganha, seu acesso à crédito, além das demais vantagens supracitadas.

A abordagem de redes é utilizada para explicar processos como alianças estratégicas, parcerias, relações interorganizacionais diversas, além de serem o pano de fundo para o desenvolvimento regional, onde atores sociais distintos com interesses considerados, às vezes, conflitantes se mobilizam em torno de um objetivo comum (como atrair uma grande empresa a se instalar em determinada região) e promovem o crescimento de um município, estado, e/ou região.

Palavras-Chave: redes sociais; cooperação; alianças estratégicas; pólos tecnológicos; confiança; inserção local; cooperação universidade-empresa; políticas públicas; reforma do Estado; accountability; desenvolvimento regional.

Sumário:

1) Agradecimentos.....	4
2) Introdução/Relevância do Tema.....	5
3) Objetivo.....	6
4) Metodologia da pesquisa.....	7
5) Resultados do Levantamento.....	9
6) Resultados da pesquisa/Contribuições para o debate.....	16
7) Conclusões.....	34
8) Desdobramento.....	36
9) Referências Bibliográficas.....	38

I. Agradecimentos:

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, minha orientadora de pesquisa que fez despertar em mim o interesse pela carreira acadêmica e através do seu exemplo de dedicação à pesquisa e vocação para ensinar, tornou-me um aluno hoje muito mais completo e motivado. Só tenho que elogiar a postura de minha orientadora que, desde o princípio, mostrou-se sempre disposta a nos ajudar e sempre disponível para conversar e tirar nossas inúmeras dúvidas. Sem sombra de dúvida uma pessoa e uma profissional exemplar.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer ao CNPq por ter proporcionado os recursos para que eu exercesse essa atividade tão rica que é a pesquisa e ao NPP – Núcleo de Pesquisas e Publicações da EAESP/FGV pelo suporte e atenção prestados.

Por último, agradeço aos meus colegas de pesquisa (doutorandos, graduandos e professores) por terem compartilhado essa experiência comigo, auxiliando-me sempre que possível e pelos bons momentos de debate que tivemos durante o ano passado.

II. Introdução/Relevância do tema:

O estudo de redes sociais, principalmente a partir do final da década de 90, ganhou extrema relevância no meio acadêmico brasileiro. A produção nacional no início dos anos 90 é um tanto quanto insipiente, porém com o desenvolvimento do debate internacional acerca de redes, o assunto ganhou maior expressividade e o número de artigos que se referem a redes aumentou consideravelmente a partir da segunda metade da década de noventa em diante, conforme apresentado na tabela abaixo:

Artigos encontrados por periódico/período		
Periódico	1990 - 1996	1997 - 2003
RAE	4	8
RAC	0	8
RAUSP	8	4
RAP	4	11
REP	1	5
O&S	1	6
RBCS	0	2
total	18	44
Fonte: Dados de pesquisa		n=62

Diante do quadro exposto e em função da profusão de casos recentes envolvendo empresas e diversos atores organizados em rede, faz-se mister realizar um levantamento do debate nacional do tema redes sociais para verificar o que vem sendo discutido, quais experiências foram já estudadas, enfim esboçar um panorama da pesquisa acerca do tema para orientar futuros trabalhos empíricos nesta área.

III. Objetivo:

O objetivo deste relatório é apresentar os resultados do levantamento bibliográfico de periódicos nacionais realizado durante o período de Agosto de 2003 até Agosto de 2004 visando analisar a produção nacional a respeito do tema “redes sociais e empresas”. Tanto o levantamento quanto a análise da produção brasileira no período (1990 – 2003) poderão ajudar a orientar pesquisas futuras, especialmente de caráter empírico, e contribuir para o debate teórico sobre o tema com abrangência nacional e interdisciplinar.

IV. Metodologia da pesquisa:

A metodologia da pesquisa foi estabelecida pelo projeto “Redes Sociais e Empresas” e discutida nas reuniões do grupo, conforme o andamento do trabalho.

Apesar do projeto ter definido como horizonte de pesquisa o período compreendido entre 1990 a 2002 foi adotado, como intervalo temporal de pesquisa, os últimos treze anos (1990 – 2003), sendo que restringimos nosso interesse a aspectos qualitativos.

O levantamento bibliográfico da produção nacional foi dividido entre as seguintes publicações: (a) artigos de periódicos e (b) teses/dissertações. Para a pesquisa em cada uma destas fontes utilizamos um conjunto de palavras-chave para procedimento de busca mais amplo, sendo realizada posteriormente uma segunda avaliação através da análise dos resumos de cada trabalho. A lista de palavras-chave utilizada foi a seguinte:

1. rede e redes;
2. stakeholders;
3. aliança e alianças;
4. cluster e clusters;
5. interorganizacional e interorganizacionais;
6. parceria e parcerias;
7. cadeia e cadeias;
8. cooperação;
9. cooperativos;
10. relacionamento e relacionamentos;
11. indústria;
12. setor;

13. organização social.

A nossa pesquisa foi dividida em três etapas: (i) levantamento: quantificação do número de trabalhos; (ii) fichamento e análise do material coletado: o material selecionado foi lido e resumido, procurando identificar de maneira clara e precisa os seguintes pontos: (a) objetivo; (b) metodologia; (c) resultados alcançados; (d) conclusões e desdobramentos; (iii) análise do material com foco em três sub-temas: análise específica dos trabalhos abordando as três áreas nas quais focamos nosso trabalho: estratégia/confiança; mudança organizacional e; inserção local.

Artigos de periódicos:

Foram estipulados sete periódicos para análise: *Revista de Economia Política (REP)*; *Revista de Administração da Universidade de São Paulo (RAUSP)*; *Revista de Administração de Empresas (RAE)*; *Revista de Administração Pública (RAP)*; *Revista de Administração Contemporânea (RAC)*; *Organizações e Sociedade (O&S)*; *Revista da Associação Nacional de Ciências Sociais (RBCS)*.

A pesquisa foi realizada na Biblioteca da EAESP/FGV utilizando, a princípio, o catálogo eletrônico de publicações. Porém, como tal método se mostrou inoperante, uma vez que as edições mais antigas não estavam catalogadas eletronicamente, alterou-se a busca para o exame presencial dos periódicos. A procura foi realizada através das palavras-chave dos artigos em primeiro lugar, passando também para pesquisa nos títulos ou ainda nos *abstracts*, quando estes não dispunham de palavras-chave.

Do total de periódicos foram selecionados 62 artigos para serem lidos e fichados, dos quais 20 foram descartados, por não se relacionarem diretamente com o tema. Os demais 42 foram fichados.

V. Resultados do Levantamento:

Conforme dito anteriormente, 62 artigos foram selecionados para leitura e posterior fichamento, desde que após a leitura o artigo se mostrasse condizente com o tema da pesquisa. De acordo com o quadro abaixo, pode-se constatar que a grande maioria dos artigos selecionados (62,90%) pertencem aos periódicos RAP – Revista de Administração Pública, publicação da EAESP-FGV (24,19%); RAE – Revista de Administração de Empresas, também publicada pela EAESP-FGV (19,35%) e; RAUSP – Revista de Administração da Universidade de São Paulo também com 19,35% dos artigos encontrados.

Artigos encontrados por periódico/ano															
Periódico	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Total
RAE	1	0	0	0	0	3	0	1	3	0	1	0	2	1	12
RAC	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	4	1	0	8
RAUSP	1	0	0	2	0	1	4	0	1	1	0	1	1	0	12
RAP	1	0	0	0	0	2	1	0	0	3	5	1	0	2	15
REP	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	1	1	1	0	6
O&S	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	2	2	0	1	7
RBCS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2
Fonte: Dados de pesquisa														Total	62

Fonte: Dados de pesquisa

Do total selecionado, conforme dito no item “metodologia da pesquisa”, 42 foram fichados, o que representa, aproximadamente, 67,74% dos artigos selecionados, sendo que a divisão entre os periódicos analisados pode ser observada conforme o quadro a seguir:

Distribuição dos artigos fichados pelos periódicos			
Periódico	Artigos selecionados	Artigos fichados	(%)
RAE	12	6	50,00%
RAC	8	5	62,50%
RAUSP	12	8	66,67%
RAP	15	12	80,00%
REP	6	4	66,67%
O&S	7	5	71,43%
RBCS	2	2	100,00%
total:	62	42	67,74%
Fonte: Dados da pesquisa			

Uma outra preocupação que tínhamos era dividir os artigos fichados de acordo com as três áreas temáticas do projeto (estratégia/confiança; mudança organizacional e; inserção local). Todavia, durante o desenvolver do trabalho, constatou-se que tal divisão não era apropriada, haja vista os artigos apresentarem características que poderiam ser enquadradas nas três áreas temáticas ao mesmo tempo. Sendo assim, essa divisão por área temática foi descartada.

O projeto previa também uma divisão dos artigos selecionados por áreas de conhecimento (Marketing, Produção, Economia etc...), bem como mostrar a instituição a que os autores estavam vinculados. Essas informações estão reunidas no quadro a seguir:

Nome do Autor	Revista	Instituição a que está vinculado(a)	Área
José Adelino de Medeiros	RAE	FEA/USP	Teoria das Organizações
Sérgio Alves Perilo	RAE	INPE	Teoria das Organizações
João Amato Neto	RAE	POLI/USP	Estratégia
Maria Cecília Coutinho de Arruda	RAE	EAESP/FGV	Estratégia & Marketing
Marcelo Leme de Arruda	RAE	IME/USP	Estratégia & Marketing
Claude Machline	RAE	EAESP/FGV	Produção - Supply Chain
José Bento C. Amaral Júnior	RAE	EAESP/FGV	Produção - Supply Chain
Francisco Teixeira	RAE	UFBA	Produção - Supply Chain
Oswaldo Guerra	RAE	UFBA	Produção - Supply Chain
Eduardo Cesar Marques	RBCS	UFRJ	Administração Pública
Zairo B. Cheibub	RBCS	ENAP/DF	Administração Pública
Jair Nascimento Santos	O&S	UEFS	Estratégia
Amílcar Baiardi	O&S	UFBA	Teoria das Organizações
Ruth Nadia Laniado	O&S	UFBA	Teoria das Organizações
Paula Chies Schommer	O&S	UFBA	Teoria das Organizações
Pablo Ruiz Forni	O&S	Universidad Del Salvador - Buenos Aires	Teoria das Organizações
José Ricardo Tauile	REP	UFRJ	Economia Política
Leonel Mazzali	REP	FCL/UNESP	Estratégia
Vera Mariza H. Miranda Costa	REP	FCL/UNESP	Estratégia
Olimpio J. de Arroxelas Galvão	REP	UFPE	Economia Política
Alexandre Rands Barros	REP	UFPE	Marketing
Suzana Moura	RAC	UFBA	Administração Pública
Vânia Maria Gomes Costa	RAC	UFPR	Estratégia
João Carlos da Cunha	RAC	UFPR	Estratégia
Vasco Eiriz	RAC	Universidade do Minho/ Portugal	Estratégia
Sergio Bulgacov	RAC	UFPR	Teoria das Organizações
Fabiane Cortez Verdu	RAC	UFPR	Teoria das Organizações
Marcelo Cabus Klotzle	RAC	PUC-RJ	Estratégia
Silvio A dos Santos	RAUSP	FEA/USP	Estratégia
Henrique Rattner	RAUSP	FEA/USP	Estratégia
Valter Beraldo	RAUSP	FEA/USP	Estratégia
Paulo César N. de Figueiredo	RAUSP	EBAP/FGV	Teoria das Organizações
Nuvia Gisela Martes de Miranda	RAUSP	POLI/USP	Produção - Supply Chain
Henrique Luiz Corrêa	RAUSP	POLI/USP	Produção - Supply Chain
Divanildo Triches	RAUSP	UCS	Estratégia
Marcos A C. Bruno	RAUSP	Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo	Estratégia
Eduardo Vasconcellos	RAUSP	FEA/USP	Estratégia
Suzana Braga Rodrigues	RAUSP	UFMG	Estratégia
Lucien Rebello dos Santos	RAUSP	OPP/TRIKEM	Estratégia
Andréa Paula Segatto-Mendes	RAUSP	UFPR	Teoria das Organizações
Roberto Sbragia	RAUSP	FEA/USP	Teoria das Organizações
Carlos César Pimenta	RAP	EAESP/FGV	Administração Pública
Adelaide Maria Coelho Baêta	RAP	Cepead/UFMG	Estratégia
Claudia Inês Chamas	RAP	Fiocruz	Estratégia
Bernardo Kliksberg	RAP	INDES/BID	Administração Pública
Ivan Beck Chagnazaro	RAP	Cepead/UFMG	Teoria das Organizações
Tadeu Barreto Guimarães	RAP	BDMG/MG	Teoria das Organizações
Rose Marie Inojosa	RAP	FUNDAP/SP	Administração Pública
Alketa Peci	RAP	EBAP/FGV	Teoria das Organizações
Fernando G. Tenório	RAP	EBAP/FGV	Estratégia
Pedro Jacobi	RAP	PROCAM/USP	Administração Pública
Moema Miranda de Siqueira	RAP	PUC-MG/Poços de Caldas	Administração Pública
Mércya Carvalho	RAP	UFBA	Estratégia
Tânia Fischer	RAP	UFBA	Estratégia
Marta Ferreira Santos Farah	RAP	EAESP/FGV	Administração Pública
Maria Ceci Misoczky	RAP	UFRGS	Administração Pública

Fonte: Dados da Pesquisa

Pelo quadro, pode-se constatar que os trabalhos se concentram em três áreas de conhecimento: Teoria das Organizações, Estratégia (em especial, Alianças Estratégicas), e Administração Pública (tema amplo, mas concentrado

na mudança das relações entre Estado (Governo Federal, Estadual e Municipal) e sociedade civil (Empresas, Universidades, Terceiro Setor)).

Os autores estão vinculados, em sua maioria, às seguintes instituições: Universidade de São Paulo (SP); Escola de Administração de Empresas de São Paulo (SP) e Escola Brasileira de Administração Pública (RJ) - Fundação Getulio Vargas; Universidade Federal da Bahia (BA) e; Universidade Federal do Paraná (PR).

Ainda de acordo com as especificações do projeto, estabeleceu-se que deveria ser criado um quadro com os autores mais citados nos artigos, com o objetivo de analisar quais premissas, quais autores, estavam sendo utilizados como referência para a produção acadêmica nacional. É o que mostra o quadro a seguir:

Autores mais citados	
Nome do Autor	Número de citações
Williamson, O.E.	13
Lorange, P.	10
Teece, D.J.	9
Hagedoorn, J.	8
Bruno, M.A.C.	7
Child, J.	6
Granovetter, M.S.	6
Nohria, N.	6
Roos, J.	6
Baiardi, A.	5
Castells, M.	5
Dosi, G.	5
Freeman, C.	5
Hamel, G.	5
Harrigan, K.R.	5
Laniado, R.N.	5
Marques, E.C.	5
Nelson, R.R.	5
Porter, M.E.	5
Schimitz, H.	5
Vasconcellos, E.	5
Winter, S.	5
Bessant, J.	4
Eccles, R.G.	4
Johanson, J.	4
Johnson, G.	4
Locke, R.M.	4
Powell, W.W.	4

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com o quadro, o autor mais citado é Oliver E. Williamson com 13 incidências, seguido por Peter Lorange (10 citações) e David J. Teece (9 citações). Estes são referências principalmente no que tange a estudos organizacionais (a teoria dos custos de transação de Williamson é citada recorrentemente nos trabalhos, por exemplo, assim como os trabalhos de Lorange&Roos a respeito de alianças estratégicas e cooperação interfirmas). No núcleo de transferência de tecnologia, firmas inovadoras, cooperação interfirmas e processo de inovação podemos destacar os trabalhos dos autores: David J. Teece, John Hagedoorn (8 citações), Giovanni Dosi (5 citações), Gary Hamel (5

citações) e C. Freeman (5 citações). Dentre os estudiosos da “abordagem de redes”, destaca-se o trabalho de Mark S. Granovetter (6 citações), Nitin Nohria (6 citações), Manuel Castells (5 citações), Robert G. Eccles (4 citações) e Walter W. Powell (4 citações). Esperava-se que o número de citações do autor Granovetter, M.S. fosse maior, sendo a principal referência nos trabalhos, mas o resultado da pesquisa não confirmou essa hipótese do projeto. Na mesma linha, o trabalho de Piore & Sabel (1983) a respeito do pólo têxtil formado no mezzogiorno italiano também é lembrado, mas, estranhamente, com somente 2 citações, não entrando na composição do quadro de autores mais citados. Porém a importância de seus trabalhos não pode ser descartada, pois o estudo do pólo formado por pequenas e grandes empresas e outras instituições, mudando a configuração da indústria na Itália, permitindo que essas empresas se tornassem mais competitivas e pudessem competir com as grandes empresas do Vale do Pó por se reunirem em “rede” é um marco no que tange à abordagem de redes.

Dentre as referências nacionais, destaque para Marcos A.C. Bruno com seu trabalho a respeito de alianças estratégicas entre empresas com base em tecnologia (7 citações); Amílcar Baiardi e Ruth Laniado no estudo do empresariado baiano na construção de redes analisando o dilema entre competição e cooperação (5 citações cada). E por fim, e não menos importante, o trabalho de Eduardo Cesar Marques que identifica e analisa detalhadamente os nós que compõem uma rede da área de saneamento (utilizando, por exemplo, de sociogramas) explicando o comportamento, ou melhor, as relações entre Estado e sociedade nas políticas públicas no Rio de Janeiro.

Resumindo temos um quadro de publicações, onde o maior número de artigos selecionados e fichados pertencem aos periódicos Revista de Administração Pública – RAP, Revista de Administração de Empresas – RAE e Revista de Administração da Universidade de São Paulo – RAUSP. Os artigos fichados se enquadram nas três áreas temáticas (estratégia/confiança, mudança

organizacional e inserção local) sendo que boa parte deles poderia ser classificado em mais de uma área, ou mesmo nas três. As referências bibliográficas mais citadas nos periódicos nacionais são de autores internacionais, principalmente no que tange a temas como alianças estratégicas, custos de transação, cooperação interfirmas, inovação, firmas inovadoras, pólos industriais, transferência de tecnologia, redes sociais, confiança. Podemos dizer que o núcleo de discussão dos artigos publicados na RAE é a questão das alianças estratégicas e a reestruturação na indústria através de processos como terceirização, pólos tecnológicos, organização em redes, arranjos inter-organizacionais modernos. No caso da RAUSP, o tema principal são as relações de cooperação envolvendo universidades e empresas (chamada “cooperação U-E”) e também novos arranjos inter-organizacionais como alianças estratégicas, alianças tecnológicas, pólos de modernização empresarial; fusões, aquisições. Por fim, no caso dos artigos fichados da RAP, a questão das novas relações entre Estado e sociedade civil, as novas formas de gestão das políticas públicas e propostas de mudança no Estado são o principal assunto, sempre sob a ótica da abordagem de redes. Também na Revista de Administração Pública – RAP o tema “redes sociais” foi mais recorrente e mais discutido nos trabalhos. No próximo item serão apresentados os resultados da pesquisa, baseados nos 42 fichamentos. A idéia é colaborar para o debate acerca do tema “redes sociais” e revelar o que vem sendo discutido na produção acadêmica nacional no formato periódicos, sempre respeitando o intervalo temporal pré-estabelecido (1990-2003).

VI. Resultados da pesquisa/Contribuições para o debate:

Quando a pesquisa foi iniciada, decidimos trabalhar com três dimensões diferentes (Inserção Local/ Mudança Organizacional/ Estratégia), porém uma revisão foi feita em função dos resultados do levantamento que apresentou outros recortes não esperados. Dessa forma, optou-se por dividir os resultados nos seguintes temas: A relação Universidade, Empresa e Governo Local, sendo que dentro desse tema há um recorte específico que trata da organização de micro e pequenas empresas em pólos e um subtema: Incubadora (analisando a experiência de uma incubadora como auxiliar no desenvolvimento regional); O papel da confiança nas redes de empresas e nos processos de cooperação e; Mudança Organizacional, sendo que dentro desse tema existe um subtema: Políticas Públicas e Terceiro Setor;

A relação Universidade, Empresa e Governo Local:

Uma das mais importantes referências ao tema nos periódicos nacionais diz respeito à análise das relações envolvendo empresas e centros de pesquisa/universidade, chamadas cooperação universidade-empresa (U-E). O papel do governo local nessas relações é o de facilitador na maioria dos casos, podendo também adotar o papel de ator no processo. Na qualidade de facilitador, o governo local auxilia as universidades fornecendo principalmente recursos para pesquisas, e para as empresas, subsídios para instalação. Na qualidade de ator, o governo local amplia a participação da sociedade civil em questões de gestão local, permitindo a entidades civis a realização de atividades que outrora eram restritas ao âmbito da esfera governamental. Em seu estudo sobre tendências recentes na gestão local, Moura (1998) analisa as relações de cooperação público-privada como expressão da abordagem de redes. Utilizando desta abordagem, ela estuda dois casos: a experiência do Planejamento Estratégico de Barcelona, Espanha, que se desenvolve desde 1988; e a do

projeto Cidade Constituinte de Porto Alegre, RS, implementado a partir de 1993. Essas relações de cooperação público-privada, segundo a autora, são arranjos interorganizacionais que emergem na atualidade, indicativos do “incremento dos processos de interdependência entre atores e organizações e, particularmente, entre agentes públicos e privados”. (Moura, 1998: p.69)

Moura (1998), ao concluir seu estudo afirma que a renovação da gestão local converge para a importância atribuída à conformação de redes públicas plurais. “O que essas redes apontam de novo é que ao mesmo tempo que podem sinalizar certo enfraquecimento do papel do Estado, ao deslocar responsabilidade para o âmbito da sociedade civil, vêm reafirmar a necessidade de articulação entre os dois campos”. (Moura, 1998: p.80)

A interação universidade-empresa, enquanto ferramenta de desenvolvimento local também é tratada na análise do Pólo Tecnológico da cidade de São José dos Campos (Medeiros e Perilo, 1990). Nesta cidade, a instalação de centros de pesquisa, como o CTA e o INPE, contando com forte apoio governamental, principalmente na atuação do Ministério da Aeronáutica, e dos centros de ensino, foi responsável por atrair inúmeras empresas de base tecnológica para a região (Empresa Brasileira de Aeronáutica – EMBRAER; Avibrás Indústria Aeroespacial S.A. – AVIBRAS; Engesa Engenheiros Especializados S.A. – ENGESA; Tecnasa Eletrônica Profissional S.A. – TECNASA; Amplimatic S.A. Indústria e Comércio – AMPLIMATIC; Órbita Sistemas Aeroespaciais S.A. – ORBITA; Composite Tecnologia Ind. E Com. Ltda. – COMPOSITE; etc.), transformando a cidade em um pólo tecnológico, onde suas partes se relacionam intensamente dentro de um espaço limitado. Como as empresas se instalaram próximas aos centros de ensino e pesquisa, criou-se um efeito catalisador e sinergia nas ações dos vários parceiros (Medeiros e Perilo, 1990).

Os motivos que levam empresas e universidades estabelecerem vínculos podem ser encontrados no artigo de Mendes e Sbragia (2002), que pesquisaram a cooperação entre universidade e empresas no Brasil, através de um estudo de caso envolvendo três universidades (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (SC); Universidade Federal de Viçosa – UFV (MG) e; Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR (SP)) e três empresas (que desenvolveram ou estavam desenvolvendo pesquisa com as universidades). Segundo os autores concluíram, as principais motivações das universidades dizem respeito especialmente a recursos materiais e financeiros adicionais e a realização da função social da universidade. Para as empresas, as motivações se baseiam especialmente no acesso a recursos humanos altamente qualificados, redução de custos e/ou riscos envolvidos nos projetos de P&D. (Mendes e Sbragia, 2002).

Corroborando com o papel decisivo dado no artigo de Moura (1998), Mendes e Sbragia (2002) afirmam que o governo atua como facilitador do processo de cooperação e acrescentam que “segundo muitos estudiosos, é possível perceber que o processo de desenvolvimento envolve o governo como elemento fundamental na alavancagem do processo de cooperação, juntamente com a estrutura produtiva e a infra-estrutura científico-tecnológica.” (Mendes e Sbragia, 2002: p.60). Estes compõem os três vértices da figura chamada como Triângulo de Sábato: “Segundo Sábato & Botana (apud Plonski, 1995), para superar o subdesenvolvimento da região e alcançar o status de sociedade moderna, é preciso que uma ação decisiva seja realizada no campo da pesquisa científico-tecnológica. (...) Isso levaria à ação múltipla e coordenada de três elementos fundamentais para o processo: o governo (nota do autor: entendido como governo nas suas três divisões: Federal, Estadual, Municipal), a estrutura produtiva e a infra-estrutura científico-tecnológica. Essa relação é descrita graficamente na forma de um triângulo, sendo o vértice superior ocupado pelo

governo e os da base pelos outros dois elementos. Nessa figura que ficou conhecida como o Triângulo de Sábato, ocorrem três tipos de relações – intra-relações, inter-relações e extra-relações – que Plonski (1994, p.80) apresenta como:

- “intra-relações que são as que ocorrem entre os componentes de cada vértice: isso permitiu, por exemplo, que os modestos laboratórios anteriores à Segunda Grande Guerra se transformassem em ‘fábricas de conhecimento’”;
- “inter-relações, que são as que se estabelecem deliberadamente entre pares de vértices: assim, ocorrem inter-relações ‘verticais’(entre o governo e cada um dos vértices da base do triângulo) e inter-relações ‘horizontais’(entre a estrutura produtiva e a infra-estrutura científico-tecnológica)”;
- “extra-relações, que são as que se criam entre uma sociedade (na qual funciona o triângulo de relações) e o exterior: elas se manifestam, por exemplo, no intercâmbio científico, no comércio externo de tecnologia e na adaptação de tecnologias importadas”. “ (Mendes e Sbragia, 2002: p.60)

De maneira geral, análise do material evidencia a emergência de novos arranjos interorganizacionais em várias regiões do Brasil, com destaque para a região Sul/Sudeste e Nordeste. Empresas estão compreendendo que para manterem sua competitividade na “Era do conhecimento” não devem atuar de maneira isolada, mas estabelecer vínculos com entidades da sociedade civil (outras empresas, centros de pesquisa, universidades, ONGs) e com as três esferas do governo. Além disso, para algumas micro e pequenas empresas, a união de esforços na configuração de pólos produtivos é uma das poucas oportunidades de sobrevivência frente à concorrência de grandes empresas. A criação de pólos, englobando muitas vezes atores diferentes, como universidades, empresas, centros de pesquisa, governo (em umas de suas esferas), ONGs, é importante ferramenta de desenvolvimento local e se

incorporam aos estudos recentes sobre redes. Não há, no entanto, uma análise sócio-econômica deste impacto.

Por fim, o trabalho de Carvalho e Fischer (2000) é bem ilustrativo da confluência de forças para o desenvolvimento regional quando estudam o caso do Multiplex Iguatemi. O objetivo do artigo é “descrever a formação da aliança estratégica internacional entre a United Cinemas International (UCI) e a organização local Orient Filmes. (...) Procura mostrar como esta organização local integrou a rede de uma das indústrias mais dinâmicas da economia mundial – a de cinema e entretenimentos – a partir da constituição de redes sociais e o estabelecimento de condições de governance (governabilidade).” (Carvalho & Fischer, 2000: p.199).

Para as autoras, “no processo de construção da aliança Multiplex Iguatemi (nota do autor: No interior do principal shopping de Salvador: Shopping Iguatemi) , os laços sociais existentes e construídos entre a Orient Filmes e duas distribuidoras que compõem a joint venture UCI (a Paramount e a Universal Pictures) contribuem para diminuir as incertezas recíprocas de ambos os parceiros até um certo limite. No sentido da perspectiva de redes sociais tratada por Gulati (1998), existe, de fato, estabilização de alguns laços, rotina e compartilhamentos de experiências entre o principal executivo da Orient Filmes (Aquiles de Mônaco) e executivos da UCI. (...) Ambos se beneficiam, portanto, das redes sociais nas quais estão emaranhados. Existe entre os futuros parceiros, também, compartilhamento de experiências em função da rede de relacionamentos.” (Carvalho & Fischer, 2000: 212). Elas destacam que nesse tipo de parceria, a “reputação do parceiro local – que é identificada na pessoa do seu principal executivo – tem um papel fundamental.” Além disso, ressaltam: “ (...) pelo grande volume de investimento, a implementação dos multiplex envolve quase sempre a articulação de atores públicos e privados” (...) sendo que no caso do Multiplex Iguatemi, parte dos recursos na viabilização do projeto foi fornecida pelo Banco do Nordeste, com apoio do BNDES. A capacidade de

Aquiles de Mônaco articular com os bancos de fomento está também relacionada com o apoio institucional que recebeu do governo local (...)que participa ativamente na provisão de infra-estrutura ligada às áreas de cultura e lazer, o que é visto como forma de atrair recursos externos e intervenções concretas do governo em ações focadas na inovação cultural” (Carvalho & Fischer, 2000: 215-216). Esse é mais um exemplo de aliança envolvendo diversos atores sociais que gerou desenvolvimento regional, contribuindo para a defesa da relevância das redes sociais nos processos de aquisição de vantagem competitiva no mercado.

Recorte específico: MPEs em pólos

O surgimento de pólos industriais, envolvendo micro e pequenas empresas, como alternativa de modernização e competitividade, é analisado por Santos, Rattner, Beraldo (1993). Para os autores, as micro e pequenas empresas não devem atuar de maneira isolada, mas sim junto a empresas do mesmo setor e do mesmo ramo, para alcançar competitividade.

Após exporem dois casos concretos de pólos (Pólo de Confecções da cidade de Americana (SP) e Pólo de Cerâmica Vermelha da cidade de Itu (SP)) os autores concluem que esse tipo de configuração desenvolve, por um lado, o aprendizado em função da troca de experiências entre as partes e, por outro, fortalece o vínculo entre entidades como universidades e institutos de pesquisa (que atuam como parceiros oferecendo projetos de consultoria) e empresas, pois “a filosofia e a metodologia de modernização tecnológica e gerencial através da organização de pólos provocam sensibilização e conseqüente união de grupos de empresários que operam no mesmo ramo e região para a busca da competitividade. Essa união permite redução dos custos de atuação de equipes de consultores multiespecializados(...)”. “A organização de grupos de empresas sob a forma de Pólos de Modernização de Micro e Pequenas Empresas Industriais é uma maneira eficaz de aumentar a vinculação entre universidades,

institutos de pesquisa e empresas. O atendimento às empresas e seu acesso a apoio e assessoria ocorrem de forma conjunta, uma vez que necessidades tecnológicas e gerenciais são bem especificadas. Por outro lado, os pólos podem ser considerados como metodologia poderosa de atuação para órgãos e serviços de apoio às micro e pequenas empresas, numa abordagem de consultoria multiespecializada e grupal.” (Santos, Rattner, Beraldo, 1993: p.22-23).

Incubadora:

Baêta, Chagnazaroff & Guimarães (1999) no seu estudo de caso da incubadora da Fundação Biominas, buscam tratar da “questão da parceria na área de incubadoras de empresas de base tecnológica, buscando identificar o que é parceria, como esta se constitui nas incubadoras de empresas e sua relação com o desenvolvimento regional.”

Na conclusão, os autores ressaltam que “para garantir o sucesso das incubadoras, os governos devem formular políticas de apoio não apenas a elas, mas também à formação educacional e ao desenvolvimento de pequenas empresas. (...) O papel das incubadoras como instrumento de política integradora responde a um ambiente caracterizado por um amplo conjunto de programas de suporte às pequenas e médias empresas. Incubadoras se propõem a assegurar um mecanismo de rápido diagnóstico e controle para o decréscimo da taxa de falências das empresas residentes, o que fortalece o desenvolvimento regional. (...) A presença de incubadoras de base tecnológica altera a fronteira entre público e privado, ciência e tecnologia, universidade e empresa. (...) A estrutura de parceria tem sido exigida das universidades e das empresas ultrapassar fronteiras tradicionais, desenvolvendo redes de comunicação que acabam por compatibilizar a pesquisa, o ensino e o desenvolvimento econômico. Tudo isso se reflete no desenvolvimento regional,

que passa a estimular iniciativas em diferentes áreas, gerando um ambiente inovador.” (Baêta, Chagnazaroff & Guimarães, 1999: 131-132).

O papel da confiança nas redes de empresas e nos processos de cooperação:

Os autores, de um modo geral, enfatizam que a confiança é fundamental para que uma rede possa ser criada e mantida. A perda da confiança entre os atores de uma rede, acarreta uma alteração na sua composição.

Baêta e Chamas (1995), ao estudarem elementos de cooperação entre os centros de P&D/universidades e o setor produtivo que são objeto de políticas de apoio à inovação e à capacitação tecnológica (por intermédio de uma revisão bibliográfica) mostraram que novas estratégias empresariais surgem como mecanismos aptos de garantir a necessária transferência de conhecimentos com vistas à inovação. Esse processo é compreendido principalmente como resultado do intercâmbio entre os centros de pesquisa/universidades e as empresas. Na conclusão, as autoras destacam que “as práticas cooperativas tendem a reduzir tanto o tempo gasto no desenvolvimento de um projeto quanto o volume de recursos necessários” e ainda que “a formação de redes nacionais e internacionais para o aumento do fluxo de informações científicas e tecnológicas favorece o aumento da capacidade tecnológica, além de ampliar os canais de informação já existentes”. (Baêta e Chamas, 1995: p.254)

Esse processo de transferência de conhecimentos possui uma dimensão estratégica e caso não haja confiança entre os atores de uma rede, a cooperação torna-se comprometida, pois a desconfiança instalada é suficiente para que os atores não compartilhem informações estratégicas, reduzindo a importância da relação.

Um tema recorrente nos artigos refere-se ao comportamento oportunista. O comportamento oportunista é interpretado como uma forma de se apropriar individualmente dos benefícios do processo de cooperação, principalmente no que tange à apropriação indébita de informações estratégicas. Sem falar que um

ator que se comporta de maneira oportunista dentro de uma rede estará instalando a desconfiança no processo, colocando-o em risco e, por extensão, a própria rede. Santos (1996) no estudo da organização contraventora PARATODOS Bahia (que administra de forma monopolista o jogo do bicho nas cidades de Salvador e Lauro de Freitas (BA)) aponta que a configuração em rede “não elimina de todo, os riscos e as incertezas, embora sejam drasticamente reduzidos nos mercados secundários, nos comportamentos resultantes de oportunismo (...) As redes duráveis reduzem comportamentos oportunistas; (...)”. (Santos, 1996: p.81-82)

Segundo o autor, apoiado no trabalho de DeBresson e Amesse (1991), uma das causas de falência das redes é a persistência de comportamentos oportunistas (Santos, 1996). Esta afirmação vai ao encontro do que foi afirmado anteriormente com relação à importância de não permitir que a desconfiança se instale na rede: a confiança é peça chave para a estabilidade dos vínculos dentro da rede.

No tocante ao acesso à informação, o material analisado, principalmente os artigos da Revista de Economia Política, apresentou uma mudança significativa. A teoria econômica acentua que o acesso às informações é equânime. Com o advento da abordagem de redes, com destaque para o trabalho de Granovetter (1972), a teoria econômica na análise da teoria da firma, precisou introduzir no modelo, a cooperação e os benefícios advindos dela, colocando em cheque o pressuposto do agente econômico isolado maximizador de utilidades. Nas palavras de Tauile (1994), no seu artigo que trata da flexibilidade dinâmica, cooperação e eficiência econômica: “É verdade que, como consequência de uma nova revolução tecnológica, o capitalismo contemporâneo tem sido caracterizado de maneira geral pela difusão da base técnica microeletrônica e pelo aumento da flexibilidade que ela aporta; No entanto, mesmo dentro do novo e emergente paradigma tecnológico, diferentes firmas e economias usando basicamente os mesmos equipamentos ou os

mesmos aparatos produtivos não atingem nem sustentam níveis equivalentes de desempenho econômico. (...) A explicação para esse diferencial de performance deve ser buscada através do entendimento da noção de paradigma tecnológico com um perspectiva mais ampla do que meramente o sentido de hardware (...).

A evidência é que o elemento chave que responde por esse plus em termos de eficiência econômica pode ser buscado nas formas contemporâneas de cooperação entre os agentes econômicos em diversos níveis da organização social da produção. Performances mais eficientes de determinadas tecnologias de automação flexível parecem pressupor ambientes cooperativos intra e interfirmas, rompendo radicalmente com os padrões anteriores de relações conflitivas típicos do capitalismo moderno. A questão ficou de tal modo evidente que um dos pilares da teoria econômica ortodoxa, a teoria da firma, tem passado por profundas modificações para poder lidar com esses novos fatos da vida econômica contemporânea” (Tauile, 1994: p.86).

Trabalhos recentes apontam que onde relações de cooperação estão presentes, o acesso à informação estratégica contribui para a redução dos custos de transação e, portanto, a informação pode exercer um papel importante para o desenvolvimento, dada a economia de custos que proporciona, uma vez que os elos que compõem a rede confiam uns nos outros reduzindo o risco de vazamento de informações e/ou apropriação indébita de informações, ambas situações próprias dos chamados custos de transação. Esse acesso à informação estratégica é veiculado através das redes de agentes (empresas, universidades, governo). Barros (2002), por exemplo, no seu artigo a respeito das idéias que subsidiam políticas de Clustering (“Clusters são concentrações geográficas de empresas e instituições interconectadas numa área de atuação particular. Eles incluem um conjunto de empresas e outras entidades ligadas que são importantes para a competição. (...) Clusters, freqüentemente, estendem-se na cadeia para incluir canais de comercialização e mesmo compradores, ou produtores de bens complementares, atingindo algumas vezes

empresas relacionadas por qualificação de mão-de-obra, tecnologias, ou insumos comuns. Finalmente, muitos clusters incluem instituições governamentais e de outra natureza, tais como universidades, instituições de controle de qualidade, instituições de pesquisa e geração de idéias, especializadas em qualificação profissional, e associações patronais, que provêem treinamentos especializados, educação, informações, pesquisa, e suporte técnico.” (Porter, 1998a, p.78)) afirma que essas políticas podem, especialmente, “integrar os agentes envolvidos para que possam aumentar a troca de informações entre eles, o que tende a estimular a busca de melhorias tecnológicas e posicionamento no mercado, reduzindo também os custos associados à precaução nas transações intracluster, pois a maior interação entre os agentes facilita o conhecimento sobre as reais circunstâncias dos demais.” (Barros, 2002: p.136).

Ainda segundo Barros (2002), as redes sociais, ou melhor, as interações sociais “tendem a reduzir os custos de transação e a promover o desenvolvimento (...) Quanto maior a probabilidade de dois indivíduos que se relacionam socialmente interagirem também profissionalmente, maior será a queda dos custos de transação advindas da redução da demanda por segurança nas transações comerciais.” (Barros, 2002: p.143)

Ao analisar o uso da Internet por professores de pós-graduação brasileiros, Ramos (1998) identifica o reconhecimento amplo dos benefícios para os indivíduos e organizações que se valem da tecnologia da informação. Os resultados da análise indicam também como fator impulsionador, a facilidade com que a tecnologia tem permitido interligar pesquisadores, possibilitando a comunicação e a cooperação em projetos acadêmicos e conhecer e compartilhar resultados de pesquisa (Ramos, 1998).

De um modo geral, os artigos nacionais analisados ressaltam que compartilhar conhecimentos só é possível onde a confiança prevalece. Neste

sentido, o trabalho de Piore e Sabel (1983) na análise do pólo têxtil formado no mezzogiorno italiano é importante referência internacional para artigos analisados, mesmo que seu baixo índice de citações tenda a provar o contrário. O trabalho é apresentado como um modelo de organização de rede bem sucedido que proporcionou o desenvolvimento local a partir da união de esforços complementares de pequenas e grandes empresas e outras instituições, alterando o perfil da indústria na Itália e passando a concorrer com as grandes empresas italianas, centradas no Vale do Pó.

Alguns autores (Piore e Sabel, 1983; Galvão, 2001; Santos, Rattner e Beraldo, 1993; entre outros) salientam que relações de cooperação são bem mais expressivas quando as empresas produzem bens e ou serviços complementares, o que nos leva a uma última questão presente na análise do material: as redes sociais são criadas com propósitos específicos e são mais propensas à longevidade caso seus integrantes percebam que se especializando nos respectivos “core business”, complementando as necessidades da rede enquanto pólo produtivo com a produção dos demais integrantes, estarão contribuindo para economia de custos, eficiência, flexibilidade e competitividade da rede como um todo; Cada ator desenvolve uma relação de cooperação esperando um ganho específico, recursos financeiros adicionais, por exemplo, para o caso de universidades (Mendes e Sbragia, 2002), todavia a conjunção dos ganhos específicos de cada ator, gera ganhos ainda maiores para a rede, evidência de que o agrupamento em rede gera resultados superiores à soma das contribuições individuais dos atores (efeito rede).

Mudança Organizacional:

Em seu trabalho a respeito de reestruturação industrial, João Amato Neto procura demonstrar os principais aspectos do processo de terceirização na indústria automobilística a partir de uma pesquisa de campo envolvendo cinco

empresas montadoras de veículos e oito fornecedoras de autopeças (Amato Neto, 1995). O autor conclui que “as grandes empresas produtoras de bens duráveis em geral (caso típico das montadoras) têm demonstrado a opção preferencial pelo global sourcing” (Amato Neto, 1995:p.40), adquirindo peças internacionalmente em detrimento ao mercado doméstico. Geralmente, as empresas estudadas (montadoras e fabricantes de autopeças) “vêm realizando maiores esforços no processo de terceirização de serviços gerais (manutenção predial, restaurante, limpeza, segurança etc.), sendo ainda muito incipiente a transferência de processos produtivos (...)” (Amato Neto, 1995: p.38). Uma das principais razões para as empresas pesquisas adotarem processos de terceirização é “atingir um estágio de maior flexibilidade, tanto na esfera operacional/ produtiva, quanto na gerencial/administrativa). O tipo de flexibilidade que mais importa no caso é a “flexibilidade social extra-empresa, que possibilita, entre outros aspectos, maior flexibilidade nos contratos de trabalho (permite variações no tipo de contratação, da duração da jornada e do local da realização do trabalho) e redução dos encargos sociais e trabalhistas(...)” (Amato Neto, 1995: p.38-39).

Um exemplo de tratamento das redes enquanto propulsora de mudança organizacional está presente no artigo de Bulgacov e Verdu (2001). Ao estudar as relações em rede de pesquisadores brasileiros da área de administração que participaram do Encontro Anual da ANPAD de 1999 como instrumento facilitador e promotor de pesquisa, os autores concluem que o modelo organizacional no ambiente de pesquisas está mudando. “Aqueles pesquisadores que forem capazes de utilizar as redes de pesquisa terão inúmeras oportunidades para melhorar seu desempenho” (Bulgacov e Verdu, 2001: p.179).

Analisando a questão da modernização do Estado para o desenvolvimento social, Kliksberg (1996) afirma que “na gerência moderna, foi claramente demonstrado que as organizações privadas e públicas que alcançam a excelência não a atingem por meio de minuciosas reordenações formais, e

sim, entre outros aspectos, pela capacidade de identificar a agenda de decisões-chave, pelo desenvolvimento da rede de contatos, pelo envolvimento do pessoal, pelas inovações, pela flexibilidade, pelas políticas de imagem eficientes, pelas relações com o meio e pelo desenvolvimento de aptidões para lidar com a complexidade.” (Kliksberg, 1996: p.81).

Para o autor, uma “perspectiva promissora a ser explorada é a que surge de um dos campos centrais de trabalho de gerência pública avançada: a gerência intergovernamental. Tomam-se como ponto de partida que as organizações públicas nunca conseguem atingir seus objetivos de forma isolada; precisam que outras entidades caminhem em direções semelhantes, porque a natureza e a amplitude desses objetivos requerem uma cooperação multiinstitucional. Isso constitui a essência do setor social.”(Kliksberg, 1996: 83-84). A idéia é a “consecução de objetivos mediante a configuração de redes organizacionais. Trata-se de desenvolver, em tais redes, as possíveis sinergias entre as entidades que as compõem” e segue: “As redes devem ser horizontais, com um ponto de coordenação instrumental capaz de articular o ministério especializado na problemática social com seu conjunto (...);as partes “devem ser capazes de identificar projetos comuns em pontos críticos como, por exemplo, a produção de informação estratégica, a busca comum em fontes de financiamento e sua negociação coletiva, a formação de recursos humanos especializados e o estabelecimento de níveis de qualidade em matéria de avaliação de programas sociais.” (Kliksberg, 1996: p.84).

Políticas Públicas e Terceiro Setor:

Corroborando com as idéias de Kliksberg, Rose Marie Inojosa chama atenção para as redes de compromisso social e, como o autor, considera que elas surgem de “forma a abordar questões sociais complexas, cujo o equacionamento não tem sido bem sucedido por organizações isoladas, quer pela ação do Estado.” (Inojosa, 1999: p. 116). A emergência das redes como

forma eficiente para resolver problemas sociais , para a autora, “tem sido provocada pela crítica aos resultados da gestão das políticas públicas através de estruturas organizacionais, públicas ou privadas, que se articulam em sistemas onde as partes são interdependentes, mas cujo modo de operar na prática, tem sido fragmentado. (Inojosa, 1999: p. 117). “As redes também têm sido apresentadas como um modelo onde as parcerias se institucionalizam , mas não geram uma nova pessoa jurídica com direitos e obrigações próprias. Para estas redes, a Internet passou a ser um modelo de referência. Ela é virtual e sua composição é dinâmica. Existe enquanto articula entes – indivíduos e instituições, de caráter público e privado – que nela ingressam por livre opção e pelo tempo que desejarem. Tem a cada momento uma configuração distinta. Parece que seu maior atrativo diz respeito às evidentes vantagens de custo/benefício para os que a ela aderem com o objetivo de adquirir e/ou divulgar informações. (...) O objetivo da rede é o compartilhamento de informações e ela atende a múltiplos interesses comerciais e intelectuais.” (Inojosa, 1999: p. 117-118).

A autora se dispõe de um estudo de caso envolvendo a “Rede Adolescente”, cuja definição é: “parceria voluntária e autônoma de instituições públicas, organizações não-governamentais e pessoas, para a realização do propósito de contribuir para melhorar a qualidade de vida dos adolescentes e para reduzir o consumo de drogas de uma região que congrega 25 municípios do interior do estado de São Paulo, com uma população estimada de 148 mil adolescentes”. (Inojosa, 1999: p. 121-122). Na conclusão, a autora levanta algumas questões-chave: “para que a rede alcance os objetivos comuns, o tempo de permanência dos parceiros deve estar em relação com o tempo necessário para realizar as ações para as quais a sua participação é essencial para modificar a situação-problema e atualizar a idéia-força. É isso que dá a estabilidade à rede, que se manifesta na sua capacidade de manter o propósito comum e realizar os objetivos.” (Inojosa, 1999: p. 136). “Para que a mobilização ocorra é preciso construir imaginários capazes de mobilizar, identificar e instrumentalizar reeditores e gerar processos de coletivização. Imaginários capazes fazem parte

do que chamamos aqui de idéia-força. É o componente que se expressa através da representação e é capaz de mobilizar a paixão e gerar condições para a adesão voluntária à rede. (...) A introdução do conceito de reeditor é muito importante para as redes. O reeditor é uma pessoa que tem público próprio, que tem liderança na comunidade onde a rede vai atuar.” (Inojosa, 1999: p. 137-138). Enfim a autora mostra, através de um estudo de caso, uma experiência bem sucedida de rede de compromisso social que cumpriu seu papel com maior competência em relação ao governo ou caso as organizações atuassem de maneira isolada.

Movimento semelhante é apresentado no artigo de Pedro Jacobi (2000) que mostra o caso das experiências de participação na gestão de preservação da biodiversidade através da formação de redes. Ou seja, é mais um campo onde a atuação em redes apresenta resultados profícuos, sendo alternativa mais vantajosa do que ações isoladas. Ele dá o exemplo de experiências como a Rede de ONGs da Mata Atlântica (RMA) que, entre outros papéis, promove parcerias entre o poder público local e associações de moradores na preservação da Mata Atlântica. Os principais objetivos da rede, segundo o autor, vem sendo alcançados; Outros exemplos seria a Coalização Rios Vivos que reúne 300 ONGs e povos indígenas de países da bacia do Prata, Europa e EUA para a preservação da região e para lutar por projetos de desenvolvimento sustentável para a região; e o Grupo de Trabalho Amazônico – GTA que reúne aproximadamente 430 entidades que lutam também por projetos de desenvolvimento sustentável dos ecossistemas florestais e das áreas protegidas da região da Amazônia Legal.

Na conclusão, o autor reitera os benefícios da formação de redes: “a ação das redes permite principalmente uma percepção pública dos riscos, resultando em pressão junto aos governos nacionais e instituições regionais para modificar propostas que afetem a sustentabilidade. (...) As redes, assumem, em alguns casos, um novo perfil, fortalecendo-se como atores

políticos transnacionais, globalizando a percepção dos riscos. (...) As redes permitem que atores transnacionais heterogêneos e entidades de diferentes nacionalidades se articulem, influenciem e revertam decisões, dentro das premissas de estimular cada vez mais accountability.” (Jacobi, 2000: 155-156).

Dentro do espectro da reforma do Estado e de políticas públicas, destaca-se o trabalho de Marta Ferreira Santos Farah que discute em artigo recente (Farah, 2001) os “processos de transformação em curso na esfera local de governo (...)”. De acordo com a autora, “a descentralização e a intensificação da importância dos governos locais têm sido acompanhadas também pela emergência de novas práticas políticas e de administração pública, orientadas a um só tempo para a equidade e para uma maior eficiência da ação estatal. Neste processo embrionário de reforma da ação estatal no país, os governos locais têm contribuído para a formatação de novos arranjos institucionais e processos de gestão (...)” (Farah, 2001: 132).

Para a autora, há inúmeros exemplos de experiências bem sucedidas de inter-relação entre atores sociais, como o caso da articulação entre governos nos chamados consórcios intermunicipais, onde vários municípios se reúnem em torno de objetivos comuns, “procurando formular, de forma conjunta, planos para enfrentamento de questões que ultrapassam a capacidade de resolução de um município isolado.” (Farah, 2001: p. 135). Dentre estes, a autora destaca o Consórcio Intermunicipal de Penápolis (SP); o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC; e o Consórcio Intermunicipal da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Negro Catarinense.

Ainda segundo a autora, há evidências de se estar configurando uma nova forma de “formulação e implementação de políticas públicas baseados em arranjos institucionais que envolvem a ruptura do modelo centrado em instituições ou agências isoladas (...). Mas a construção de novos arranjos institucionais só se completa com (...) o estabelecimento de novas formas de articulação entre Estado, sociedade civil e mercado. “ (Farah, 2001: 136). Na

conclusão, Farah afirma que com a publicização do próprio Estado abre-se “caminho para que a sociedade passe a cobrar os resultados da ação estatal, reduzindo – ao menos potencialmente – o déficit de accountability que tem caracterizado as políticas públicas no Brasil”. E acrescenta: Os novos arranjos institucionais apontam para a construção de redes institucionais que reúnem diversos atores, envolvendo articulações intersetoriais, intergovernamentais e entre Estado, mercado e sociedade civil. (...) Ao afirmar-se que as políticas sociais no nível local já não parecem se restringir ao padrão de provisão estatal exclusiva, procura-se chamar a atenção para a consolidação, no nível local, da capacidade de implementar políticas e de promover ações orientadas de alcance coletivo. Esta nova governança – em construção – supõe mecanismos de interlocução com diversos atores e a consolidação de parcerias. (...) Os governos locais assumem, assim, um papel de coordenação e de liderança, mobilizando atores governamentais e não-governamentais e procurando estabelecer um processo de “concertação” de diversos interesses e de diferentes recursos em torno de objetivos comuns. Através dos novos arranjos institucionais (...) tende a crescer a perspectiva de sustentabilidade de políticas públicas que, de outra forma, poderiam sofrer solução de continuidade a cada mudança de governo.” (Farah, 2001: 141-142).

VII. Conclusões:

Com relação ao Brasil, fundamentado nos resultados alcançados pelo levantamento bibliográfico realizado, pode-se levantar alguns temas centrais do debate na produção acadêmica nacional sob a forma de periódicos. Um primeiro tema é a importância do governo local nos processos de cooperação. Como visto, o governo local, enquanto ator social, desempenha papel importante de facilitar e articular processos de cooperação entre diversos atores sociais, principalmente entre empresas (interorganizacionais) e entre empresas e centros de pesquisa/universidades. A confluência de interesses e esforços em torno de um objetivo comum, buscando traçar parcerias entre governo (nas suas três esferas), empresas privadas e centros de pesquisa/universidade, é uma ferramenta importante de promoção do desenvolvimento regional.

Tendo em vista essa afirmação, outro tema de debate depreendido do material é a formação de pólos de desenvolvimento, estimulando a atuação conjunta de empresas (seja por meio de alianças estratégicas, joint-ventures, parcerias, etc.) em detrimento à atuação isolada. Da experiência de alguns casos expostos nos resultados da pesquisa, pode-se inferir que a reunião em pólos de desenvolvimento constitui-se uma ferramenta de ganho de competitividade, principalmente para micro e pequenas empresas (MPEs) que aumentam suas chances de sobrevivência no mercado quando se organizam em redes/pólos por, entre outras vantagens, aumentarem seu poder de barganha e obterem uma maior facilidade de contração de crédito.

Dentro da perspectiva de redes e de processos de cooperação, um tema recorrente no material foi a questão da confiança. A confiança é fundamental para a criação e manutenção dos elos da rede, pois quando é existente, o fluxo de informações entre elos da rede se desdobra de maneira ágil e evita-se comportamentos oportunistas (apropriação de informações estratégicas para

benefício próprio). A informação e o processo de transferência de informações são considerados elementos estratégicos dentro da perspectiva de redes. Os ganhos de um processo cooperativo giram em torno da idéia de acesso a informações estratégicas. Essa importante descoberta revolucionou a teoria econômica ortodoxa, principalmente na teoria da firma, pois a noção de que o acesso à informação em uma economia é equânime foi relaxada e a cooperação, bem como os benefícios advindos dela, foram aos poucos desenvolvidos na teoria econômica, revendo antigas premissas como a atomização do agente econômico entre outras.

Um outro tema muito discutido na produção acadêmica nacional é a questão da redução dos custos de transação para atores sociais que se organizam em redes. Não por acaso o autor mais citado nos periódicos foi Oliver E. Williamson, pois trata-se do artífice da teoria dos custos de transação. Essa maior eficiência econômica é um dos motivos principais que levam as empresas a se reunirem em redes, lembrando que a estabilidade e desenvolvimento desta estão condicionados à confiança entre as partes, do contrário, a tendência é que a rede se arrefeça.

Por fim, pode-se inferir também que as redes sociais já fazem parte do cotidiano dos acadêmicos nacionais e mostra-se como um tema de grande relevância para as organizações modernas. Elas são criadas, de acordo com o material, com propósitos específicos e oferece vantagens para aqueles que se organizam neste novo arranjo institucional. Tais vantagens são geralmente reunidas em torno do chamado “efeito rede” que, basicamente, são os ganhos de eficiência econômica e competitividade oriundos da reunião de atores sociais nessa configuração.

VIII. Desdobramento:

Conforme escrito no projeto, “embora a produção acadêmica internacional sobre redes sociais e empresas seja bastante ampla (...), no Brasil o tema ainda não tem merecido a devida atenção de um modo mais sistemático. Um dado indicativo, tal como mencionado acima, é o fato do BIB não ter apresentado, até o presente momento, um balanço bibliográfico sobre redes sociais no Brasil” (Projeto PIBIC 2003-2004).

Baseado nesse cenário e amparado no resultado do levantamento bibliográfico, pretende-se realizar uma pesquisa de campo, como segunda etapa do projeto (2004 –2005). Nesta segunda etapa, o intuito é fazer um estudo empírico na cidade de São José dos Campos (SP), com o objetivo de estudar as redes sociais locais estabelecidas com a empresa automobilística General Motors (GM).

As principais perguntas de pesquisa são:

“1 - Quais são as redes (ligações) associativas, culturais e políticas que os dirigentes destas corporações estabelecem nos locais onde as empresas estão instaladas?

2 – Quais são os projetos / programas sociais e culturais que as duas empresas desenvolvem nas duas cidades? Estes projetos geram algum tipo de impacto local?

Com a finalidade de responder a estas perguntas, será feita uma pesquisa qualitativa, através de entrevistas com roteiro semi-estruturado, com: (1) dirigentes destas corporações (nível de diretoria), (2) lideranças políticas locais (especialmente vereadores); (3) ONGs que realizam projetos socioculturais. Os objetivos destas entrevistas são: mapear a rede de relacionamentos dos

diretores, saber quais são os projetos desenvolvidos pelas corporações e como são avaliados (especialmente em termos de impacto) pelos demais entrevistados” (proposta do PIBIC 2004-2005).

IX. Referências Bibliográficas:

- AMATO NETO, João. "Reestruturação Industrial, terceirização e redes de subcontratação" *Revista de Administração de Empresas (RAE)* vol. 35, nº 2, págs 33-42, Março/Abril 1995.
- BAÊTA, Adelaide M. Coelho & CHAMAS, Claudia Inês. "Cooperação: elementos para uma estratégia competitiva". *Revista de Administração Pública (RAP)* vol. 29 nº 3 págs 246-255, Julho/Setembro 1995.
- BAÊTA, Adelaide M. Coelho, CHAGNAZAROFF, Ivan Beck & GUIMARÃES, Tadeu Barreto. "O desafio da estratégia de parcerias para a inovação tecnológica: o caso da incubadora da Fundação Biominas" *Revista de Administração Pública (RAP)* vol.33, nº 1, págs 121-133, Janeiro/Fevereiro 1999.
- BARROS, Alexandre Rands. "Raízes Históricas das Idéias que Subsidiaram as Políticas de Clustering". *Revista de Economia Política (REP)* vol. 22, nº 1 (85) págs 131-150, Janeiro/Março 2002.
- BULGACOV, Sergio & VERDU, Fabiane Cortez. "Redes de Pesquisadores da Área de Administração: um Estudo Exploratório". *Revista de Administração Contemporânea (RAC) Edição Especial 2001*, págs 163-182.
- CARVALHO, Mércya & FISCHER, Tânia. "Redes sociais e formação de alianças estratégicas: o caso do Multiplex Iguatemi" *Revista de Administração Pública (RAP)* vol. 34, nº 6, págs 199-218, Novembro/Dezembro 2000.
- DEBRESSON, Chris & AMESSE, Fernand. "Networks of Innovators: a review and introduction to the issue". *Research Policy, North Holland*, nº 20, págs 363-379, 1991.
- GALVÃO, Olímpio J. de Arroxelas. "Flexibilização Produtiva e Reestruturação Espacial: Considerações Teóricas e um Estudo de Caso para a Indústria de Calçados no Brasil e no Nordeste". *Revista de Economia Política (REP)* vol. 21, nº 1 (81) págs 78-100, Janeiro/Março 2001.

GRANOVETTER, Mark S. "The strenght of weak ties". *American Journal of Sociology*, 78 (6), pp. 1360-1380, 1973.

INOJOSA, Rose Marie. "Redes de compromisso social" *Revista de Administração Pública (RAP)* vol.33, nº 5, págs 115-141, Setembro/Outubro 1999.

JACOBI, Pedro. "Meio Ambiente e redes sociais: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas" *Revista de Administração Pública (RAP)* vol.34, nº 6, págs 131-158, Novembro/Dezembro 2000.

KLIKSBERG, Bernardo. "A modernização do Estado para o desenvolvimento social – algumas questões-chave" *Revista de Administração Pública (RAP)* vol. 30, nº 1, págs 78-90, Janeiro/Fevereiro 1996.

MEDEIROS, José Adelino & PERILO, Sérgio Alves. "Implantação e Consolidação de um Pólo Tecnológico: O Caso de São José dos Campos". *Revista de Administração de Empresas (RAE)* vol. 30, nº 2, págs 35-45, Abril/Junho 1990.

MENDES, Andréa Paula Segatto & SBRAGIA, Roberto. "O processo de cooperação universidade-empresa em universidades brasileiras". *Revista de Administração da Universidade de São Paulo (RAUSP)*, vol. 37, nº 4, págs 58-71, Outubro/Dezembro 2002.

MOURA, Silvana. "A Construção de Redes Públicas na Gestão Local: Algumas Tendências Recentes". *Revista de Administração Contemporânea (RAC)*, vol. 2, nº 1, págs 67-85, Janeiro/Abril 1998.

PIORE, M. J. & SABEL, C. F. "Italian small business development: lessons for U.S. and Ustrial policy, In *American Business*. In: *International competition: government policies and corporate strategies*. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

PORTER, M. "Clusters and the New Economics of Competition". *Harvard Business Review*, págs 77-90, Novembro/Dezembro 1998a.

RAMOS, A. S. M. "Análise Fatorial da Percepção do Uso da Internet em Organizações Acadêmicas". In. *XXII Encontro Anual da ANPAD (1998:Foz do Iguaçu)*. *Anais Eletrônicos...Foz do Iguaçu: ANPAD*, 1998.

SANTOS, Jair Nascimento. "PARATODOS Bahia: Uma Organização no Jogo do Bicho". *Organizações & Sociedade (O&S)*, págs 71-96, Junho 1996.

SANTOS, Sílvio A dos & RATTNER, Henrique & BERALDO, Valter. "Pólo de modernização empresarial: desenvolvimento nas micro e pequenas empresas". *Revista de Administração da Universidade de São Paulo (RAUSP)*, vol. 28, nº 1, págs 14-24, Janeiro/Março 1993.

TAUILE, José Ricardo. "Flexibilidade dinâmica, cooperação e eficiência econômica: anotações". *Revista de Economia Política (REP)* vol. 14, nº 1 (53) págs 85-100, Janeiro/Março 1994.